



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

-----No dia onze do mês de setembro do ano de dois mil e quinze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----

-----2 - Quarta revisão ao orçamento da despesa e segunda revisão ao orçamento da receita;-----

-----3 - Reconhecimento de Interesse Público na regularização das instalações fabris da Karmomax - Engenharia e Construção em Madeira, Lda.;-----

-----4 - Alteração ao Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais; -----

-----5 - Alteração ao Regulamento de Projetos de Interesse Municipal – PIM. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Ana Rita Costa Neto em substituição do membro Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Delfina Moraes da Silva Campos em substituição do membro Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, José Bernardino Pinto Nogueira, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Alcides Filipe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Correia Ribeiro em representação de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Dora Manuela Moreira da Rocha Santos em representação de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por comunicar que Diana Júlia Regadas Soares renunciou ao mandato e foi instalado em sua substituição Ricardo Filipe de Moura Ribeiro. Informou ainda que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro António Carlos Cunha Pacheco que comunicou uma ausência por trinta dias, Ana Rita Costa Neto substitui o membro Fátima Marisa da Silva Pereira que comunicou uma ausência por trinta dias, Pedro Teixeira Mendes substitui o membro Manuel Campos Sousa Neto, que comunicou uma ausência por trinta dias, Alcides Filipe Correia Ribeiro representa Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia do Torno, Dora Manuel Moreira da Rocha Santos representa Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro João Pedro Leite de Carvalho que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira não se encontrava disponível, Agostinho Paulo Teixeira Moreira, substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, que comunicou uma ausência por trinta dias e Delfina Morais da Silva Campos substitui o membro Cidália de Lurdes Pereira Neto, que comunicou uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ausência por trinta dias uma vez que os elementos imediatamente a seguir na ordem da lista, Clara Filomena Teixeira Trigo, Pedro Ricardo Machado Valente Gonçalves, Pedro Filipe de Sousa Gomes dos Reis, Maria Cristina de Bessa Moreira, Sérgio António de Pimentel Magalhães e Tiago Armando Magalhães Moreira Sabino não se encontravam disponíveis. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição do membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro. -----

----- Justificou falta à sessão de vinte e seis de junho de dois mil e quinze o seguinte membro:-----

----- Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e quinze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e seis de junho de dois mil e quinze, que foi aprovada por trinta e um votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: João Amadeu Mesquita Baptista Ferra. ----

----- De seguida foram ainda apresentadas as seguintes propostas: -----

----- A Proposta número cinco do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do membro desta Assembleia, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- A proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao técnico lousadense e selecionador nacional, Hugo Santos, que se sagrou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

campeão europeu de parahóquei na prova europeia para a deficiência intelectual, que decorreu no Queen Elizabeth Olympic Park, em Londres”--

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- E a Moção A apresentada pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP do seguinte teor: “Nos últimos anos, Portugal assistiu a um agravamento da sua situação demográfica como resultado da redução da taxa de natalidade, que em dois mil e catorze se situou nos sete vírgula nove por cento. Naturalmente, o concelho de Lousada não passou ao lado desta tendência, tendo verificado uma redução de dez vírgula um por cento para oito por cento, entre dois mil e dez e dois mil e catorze, após ter atingido o mínimo histórico de sete vírgula um por cento em dois mil e treze. Perante este problema é necessário implementar políticas públicas que defendam a família e que sirvam de estímulo à natalidade, podendo ter os municípios um papel importante neste processo, uma vez que estão em ampla proximidade com as populações. Nesse sentido, a Coligação “Lousada Viva” defende que se aplique à taxa de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) em vigor no concelho, o disposto no ponto décimo terceiro do artigo centésimo décimo segundo do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis). Ou seja, propomos que se introduza uma redução do IMI até dez por cento para agregados familiares com um dependente a cargo, até quinze por cento para agregados familiares com dois dependentes a cargo e até vinte por cento para os agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo. A introdução desta redução do IMI, no nosso concelho, permitirá colocar Lousada na vanguarda da promoção da natalidade, na vanguarda da defesa das famílias e tornará Lousada mais atrativa garantindo que mais famílias se instalem no concelho e reforçando a nossa posição como o concelho mais jovem de Portugal. Assim, o grupo municipal da Coligação “Lousada Viva” (PPD-PSD/CDS-PP), apresenta a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal aplicar à taxa de IMI em vigor no concelho o disposto no ponto décimo terceiro do artigo centésimo décimo segundo do CIMI” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e demais vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal. Conforme está descrito na Moção, nos últimos anos, Portugal, sofreu uma esmagadora redução da taxa de natalidade, fruto do ajustamento macroeconómico que o país teve que realizar. Como foi referido, Lousada não passou ao lado e realizou em dois mil e treze de acordo com os dados do INE, a taxa mais baixa da sua história, sete vírgula um, por mil, em termos de taxa da natalidade. Nesse sentido, no meu ponto de vista e no ponto de vista da coligação “Lousada Viva”, a aplicação do desconto foi introduzido no CIMI (Código do Imposto Sobre Imóveis) no último Orçamento de Estado, e que permite aos concelhos aplicar às famílias mais numerosas e com dependentes a cargo uma redução que pode ir até dez por cento, no caso de um dependente, até quinze por cento, no caso de dois dependentes, e até vinte por cento, no caso de três ou mais dependentes. No nosso ponto de vista a aplicação desta medida em Lousada permitirá dar um estímulo à natalidade e às famílias. Permitirá apoiar as famílias mais numerosas e permitirá consolidar a posição de Lousada, como concelho mais jovem do país, nos anos que se seguirão. Convém referir que Lousada, face aos seus concelhos vizinhos, não tem uma situação de taxa de natalidade muito diferente. Contudo convém referir que face àqueles concelhos vizinhos que no ranking que na última Assembleia referi, estavam á nossa frente com maior atratividade para se viver, possuem taxas de natalidade superiores. De acordo com os dados do INE e disponíveis na PRO DATA, por exemplo, o concelho de Paredes entre dois mil e dez e dois mil e catorze, teve todos os anos uma taxa de natalidade superior; Paços de Ferreira teve em quatro dos cinco anos, taxas de natalidade superior; e Penafiel teve em sessenta por cento, ou seja, em três desses cinco anos, taxas de natalidade superiores. É interessante verificar que os três dos concelhos que estão melhores posicionados em termos da atratividade para se viver no ranking da *bloom consulting*, são três dos concelhos que têm melhor natalidade. E antes que venham questionar, outra vez o ranking, eu fui consultar e verificar o que se passa naquela empresa. Curiosamente a empresa é citada pela cadeia de televisão Norte Americana CNN, é citada pelas revistas económicas Forbes e The Economics. Sou assinante da The Economics e contém um artigo onde eles citam a *bloom consulting*, num estudo sobre contabilidade internacional, por isso, atesta-se a qualidade deste estudo, e também pode verificar que é confirmado por outros dados e por outras correlações, na realidade. E como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tal a coligação “Lousada Viva” acredita que na aplicação desta medida estaremos a promover os lousadenses e estaremos a promover Lousada. Espero, sinceramente, obter o apoio do partido socialista para a aprovação desta Moção. Contudo sei que tal pode não vir a acontecer, uma vez que as nossas prioridades, muitas vezes, estão alinhadas de formas diferentes. Estive em casa a imaginar alguns dos argumentos que o partido socialista podia usar para rejeitar esta medida, nomeadamente a perda de receita, que certamente na posição do PS ou muito provavelmente na posição do PS, irá afetar verbas destinadas às Juntas de Freguesia ou destinadas ao apoio às instituições do concelho ou destinadas a qualquer rubrica extremamente importante, presente no orçamento. Contudo para uma Câmara que viu as receitas de IMI subir nos últimos anos, para uma Câmara que se gaba de gozar de uma boa saúde financeira, e que em mui verdade é uma das Câmaras do país, comparadas com outras, que tem uma situação confortável, não negamos. Não é ótima, confortável, para executar esta medida, ou seja uma Câmara com condições favoráveis para executar esta medida, que na nossa perspetiva iria provocar uma redução entre doze e meio e dezassete e meio por cento, nas famílias com dependentes a cargos. Não seria em todas, nas famílias com dependentes a cargo e cuja residência fiscal se encontra no concelho, ou seja as famílias que tem cá casas para passar férias, não seriam abrangidas, só aqueles que tem residência fiscal no concelho. E como tal parece-nos que a medida podia ser computada. Paralelamente também estou confiante que se for preciso cortar na despesa consigo encontrar aqui uma solução que penso que pode ser apoiada num amplo consenso nesta Câmara. Se decidirmos não apoiar as festas e eventos que não têm qualquer ligação cultural, histórica ou educativa com o concelho. Pediu um exemplo, parece-nos que vai haver este fim fim-semana, uma festa, de uma bebida tradicional aqui de Lousada. Porque comparada com outros países nós temos aqui imensos conventos que têm cerveja, consigo citar inúmeras marcas, *leffe*, *greenberg*, são todas originárias aqui de Lousada. Pediu um exemplo, eu estou a citar. E da minha perspetiva este evento podia ser promovido de forma eficaz pela sociedade civil, a Câmara dando mero apoio logístico e algum de promoção mas sem entrar em grandes despesas, e se assim o fizesse, com este tipo de eventos, poderia aproveitar parte da receita para alocar, para apoiar famílias nesta questão da redução do IMI. No meu ponto de vista e no ponto de vista da Coligação “Lousada Viva” isto é mais que uma mera despesa, ou seja, abdicamos da receita, para no futuro, virmos a colher mais receita resultante de famílias que vão olhar para Lousada como concelho atrativo, que vão olhar para Lousada como um concelho amigo das famílias e que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vão localizar cá. Ao contrário se estivermos na mesma, se estivermos estagnados e se não fizermos nada pelas famílias e pelas famílias com dependentes a cargo, corremos o risco de concelhos vizinhos adotarem esta medida, e que as nossas famílias ou famílias que pensavam localizar-se em Lousada, vão ser deslocadas para outros concelhos. E como tal, corremos o risco de perder receita futura. Nessa perspetiva, apelo a esta Câmara e apelo aos membros da bancada do partido socialista que apoiem esta Moção, que deem uma indicação ao executivo camarário de quais são as nossas prioridades. E que a defesa da família, das famílias numerosas e do apoio à natalidade é fulcral para o nosso futuro, é fulcral para cimentar o futuro do concelho de Lousada e principalmente aquilo que é a grande bandeira de Lousada, que é afirmar-se como o concelho mais jovem de Portugal. E é algo que nós nos orgulhamos e queremos manter de forma sustentada e de forma sólida para o futuro. Por isso, apelo sinceramente aos membros desta câmara para votarem a favor da Moção e para caso tenham algumas dúvidas, volto a citar, isto é um investimento para o futuro e o que está previsto na lei é um “até”, pode não ser possível num momento inicial, nós desejamos que seja possível aplicar o máximo previsto na lei, mas pode ser possível aplicar reduções menores, uma vez que a lei diz “até”.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado, Pedro Mendes, em jeito de brincadeira, divagou tanto que a sua conversa foi parar na cerveja, gostaria que se cingisse mais à discussão da Moção, porque o período antes da ordem do dia também servirá para outras coisas. Relativamente à Moção e é isso que interessa, também não tem o dom da adivinha, porque nós não iremos votar contra. Irei abster e eu irei explicar o porquê. Em primeiro, lugar qualquer redução da carga fiscal, aliás, na tremenda carga fiscal sujeita a todos os portugueses no atual momento, para nós é positiva. Ainda assim, isso tem de ser visto com responsabilidade. E já que estudou tantos documentos, também deveria ter visto o documento da Autoridade Tributária, em que vem plasmado a percentagem de um filho, de dois e de três, em que eles, até quinze de setembro, ainda não enviaram, iriam reportar-nos a situação de, quantas famílias existem com um filho, quantas famílias existem com dois filhos, etc., de uma forma pormenorizada para que depois se possa ter uma decisão com responsabilidade. É lógico que nós temos uma ideia desses dados, mas ainda assim, há uma situação em que as finanças nos reportam a certeza absoluta desses dados. Por outro lado, Lousada nós, ainda bem, damos o exemplo, damos o exemplo porque a carga fiscal é baixa, citou a situação de Paredes, para Paredes fazer isto, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

já anunciou que ia fazer, não custa nada, eles aplicam a taxa máxima de IMI. Portanto, entre aplicar a taxa máxima, de zero vírgula cinco, e aplicar zero virgula trinta e sete como nós e ir sempre por aí abaixo, até aquilo que nós nos colocamos à disposição e prometemos aos lousadenses que era aplicar a taxa mínima de IMI, e iremos fazê-lo, vai uma grande diferença. Dizer-me que isso é uma grande medida para incentivar natalidade, pode ser uma medida que ajude mas a grande medida para incentivar a natalidade é não deixar emigrar os milhares e milhares de jovens que este governo deixou. E isso aí incentiva bastante a natalidade. Depois também gostava de ter visto algumas destas propostas de redução sucessiva de impostos na Assembleia da República, onde os vossos partidos estão no poder, e poderiam, quiçá, descer o Iva, o IRS, etc. Mas não, o que é que preferiram? Uma coisa muito simples. Preferiram dar um rebuçado às pessoas, reduzindo o imposto que não lhes é devido, é devido aos municípios. Assim também não custa nada, dar prendas com o dinheiro dos outros. Isso é outra das questões, inclusive, por exemplo, o engenheiro Bragança Fernandes que é presidente de Câmara do vosso partido, da Maia, disse, e passo a citar: “em que o estado não se devia meter na gestão das receitas municipais” e não foi o único, a dizer isto. Basicamente é isto, nós iremos, como vocês viram na reportagem do “Verdadeiro Olhar”, o presidente de Câmara, admitiu isso mesmo, que iria ponderar essa situação de forma responsável, sabendo o impacto que terá nas contas da nossa autarquia. E por nós não termos uma série de certezas quanto ao impacto que isso irá ter, não temos os dados suficientes para dizer que a vossa proposta é boa ou que é má. Portanto, neste caso, fica apenas uma mera sugestão, iremo-nos abster porque vocês apresentaram dados específicos de percentagens e nós não temos essa certeza, principalmente até dia quinze de setembro, não faltará muito, mas a partir daí. Basicamente todos estaremos de acordo que a carga fiscal irá diminuir, principalmente a nível nacional.»

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Em primeiro lugar quero felicitar o partido socialista pela abstenção, apesar de argumentar que não são os números, é positivo deixar a Câmara analisar essa situação. Contudo a coligação trouxe, até aqui esta questão, uma vez que no documento que falou, que é a circular número nove de dois mil e quinze da Autoridade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Tributária, refere-se que até quinze de setembro, será elencada essa informação, contudo as Câmaras Municipais também têm de mostrar disponibilidade para obterem essa informação. E também está escrito no código do IMI que é necessário comunicar até dia trinta de novembro aplicação desta medida. Pelo qual, nós quisemos trazer a esta Câmara, para dar espaço suficiente, para, até à Assembleia Municipal que visa aprovar o orçamento, dar tempo, para a Câmara preparar a situação, estudar o assunto, e depois não virem dizer que foram surpreendidos, mais vale dar tempo a mais do que tempo a menos, é esta a posição da coligação. Relativamente a um conjunto de assuntos, a cerveja só foi referida porque pediram exemplos, e foi o exemplo que veio à cabeça, foi o primeiro. Se reparou na minha intervenção, foram assuntos que se referiram de eventos que não têm qualquer ligação histórica, educativa e cultural com Lousada. A cerveja não é propriamente um grande fenómeno cultural de Lousada, vamos ser honestos, nem educativa, nem histórica, na minha interpretação. Pediu um exemplo, eu dei-lhe um exemplo, se não gosta do exemplo o problema é seu. Relativamente à questão da situação confortável em termos financeiros. Eu referi que a situação é confortável porque verdade seja dita, a Câmara não atingiu o limite de dívida, como tal, pode contrair mais dívida e tem uma situação que permite executar esta medida, do nosso ponto de vista. Não foi isso que nós referimos, nós referimos que estão numa situação confortável e que têm capacidade financeira para executar esta medida, na medida do que nós referimos, o confortável, é para executar esta medida, obviamente não é confortável para fazer outras obras e outros géneros de projetos. Relativamente à questão dos impostos em termos nacionais. Isto não é uma questão da competência desta Assembleia mas eu posso referir que foi este governo que introduziu esta alteração no código do IMI, foi este governo que está em vigor que introduziu a questão no IRS, dos dependentes a cargo. E o brutal aumento de impostos e o corte na despesa, aconteceu porque o décimo oitavo governo constitucional foi pedir às instituições internacionais para virem cá dentro ajudar e injetar setenta mil milhões de euros, que passou para a dívida, que eu saiba não foi o décimo nono governo constitucional, nem outro governo que pediu a ajuda internacional. É muito giro culpar os outros quando fomos nós que chamamos a *troika*. Quando foi o décimo oitavo governo constitucional que comprometeu o país e que, já que querem entrar nessa discussão, comprometeu-se com a redução de défices. Eu li o memorando e aconselho que o façam, o primeiro, com medidas muito mais duras que implicavam mais de sete mil milhões de euros de cortes ou aumento de impostos, é bom que se diga a verdade, já que querem ir por esse assunto. E por isso, só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quero dizer a coligação fica contente com a abstenção, queríamos obviamente um voto a favor. E esperamos, sinceramente que o senhor presidente da Câmara estude essa situação e que faça uma redução do IMI para as famílias mais numerosas. O desejável é que seja o máximo que permite a lei, mas qualquer incentivo que seja, qualquer redução que seja, é positiva. Já me ia esquecendo de uma questão, a Câmara de Paredes, como tem uma taxa de IMI mais alta, curiosamente se a aplicar tem uma redução de receita mais elevada que a Câmara de Lousada, é bom que se clarifique. E para concluir espero mesmo que esta medida seja executada pelo senhor presidente da Câmara.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Estimado senhor presidente da Assembleia a quem peço imensas desculpas, restante Mesa, senhor presidente da Câmara restante executivo, estimados colegas e estimado público. Eu quero desde já dizer que sou contra o IMI. Acho que devia acabar. E sou contra nós não andarmos a fazer filhos. Toda a gente tem de fazer filhos, é a minha declaração de princípios. A minha segunda declaração de princípios é de que, em Lousada havia de haver festa todos os dias, seja ela festa da cerveja, seja festa do vinho, seja a festa que for. Porque aquilo que eu sei é que toda agente anda animada com as festas, e portanto, isso até é bom para o comércio, é bom para a nossa população, não vejo qualquer problema em terem aqui cervejas estrangeiras, e incentivo toda a gente aqui que seja minimamente empreendedora, a começar a fazer uma cervejinha artesanal, que às vezes até sai muito bem. Pode ser que aqui em Lousada tenhamos uma cervejinha artesanal para começar a ter justificação para fazer uma festa da cerveja. Em terceiro lugar, eu vou já dizer e vou já fazer a minha declaração de voto e dizer também porque é que me abstenho. Porque esta é uma medida puramente demagógica, nós já sabemos disso mas eu não sou contra, bem pelo contrário, tudo o que seja para as pessoas pagarem menos, para mim está salvaguardado porque eu sou contra o IMI. Tudo que seja para as pessoas pagarem menos sobretudo se for para fazerem filhos, acho muito bem. A minha única declaração de princípios vai neste sentido, os seus colegas de partido já muitas vezes aqui têm dito, nas últimas Assembleias, para nós não misturamos porque andamos sempre a falar na política nacional que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Pedro, és um jovem como nós, diz isso à malta do teu partido, baixem os impostos lá em baixo também, o IRS, diminuam os escalões, tirem as sobretaxas, não condicionem as sobretaxas. Não venham para aqui dizer e fazer de nós parvos. O Pedro vem para aqui dizer que é intelectualmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais conhecedor do que nós relativamente ao memorando, nós também lemos o memorando, também sabemos que em termos de privatizações o que lá estava estipulada eram cinco mil milhões em privatizações e vocês já vão quase nos dez mil milhões. É mentira, é facto ou não é facto, isto é ir além do memorando ou não é ir além do memorando? Para mim é. Como é óbvio isto são muitos zeros, cada um faz a análise que faz e cada um bebe a cerveja tradicional que bebe, há confusões que não devemos admitir. Pedro concordo perfeitamente contigo, estou do teu lado, corroboro isso a cem por cento, acho que a medida deve ser analisada, vou-me abster porque acho que neste momento é demagógico. E acho que aquilo que nós devemos fazer é, mover todo os meios possíveis e imaginários para ver se os impostos descem realmente e não prejudicam as nossas Câmaras, se começam também a ter influência no Orçamento de Estado e na despesa primária.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu não posso deixar de tecer aqui algumas considerações que julgo importantes para todos ponderamos bem este assunto. E começando pela intervenção do Dr. Pedro Mendes, eu não vou aqui tecer comentários sobre aquele estudo que já aqui foi falado e sobre a sua seriedade ou não, sendo certo que, conforme já aqui foi dito na Assembleia anterior ou numa das últimas, nós sabemos muito bem o que é que teríamos de fazer, se quiséssemos subir no ranking, sem que isso se traduzisse num real aumento da qualidade de vida, que de resto já é reconhecida aqui há muito tempo em Lousada. Continuamos a ter taxas de natalidade que não são aquelas que nós gostaríamos, gostaríamos seguramente que fossem superiores mas continuam a ser acima largamente daquilo que é a média nacional e depois dizer-lhe que está errado em algumas considerações que fez para justificar a medida. Desde logo a questão de IMI, nós temos subido ligeiramente de facto nos últimos anos mas ainda estamos a perder muita receita, e isso há de ser dito aqui na próxima Assembleia quando propuser a taxa de IMI para o próximo ano. Mas tem sido, repetidamente, dito aqui ao longo dos anos, que o município de Lousada perdeu, desde dois mil e dois até dois mil e dez, três virgula cinquenta e nove milhões de euros. Muito dinheiro mesmo. No ano anterior ainda tínhamos uma perda de receita de, dois milhões oitocentos e oitenta e sete euros. Infelizmente eu pensei que este ano íamos ter um aumento significativo de receita de IMI, porque como sabem houve uma avaliação geral da propriedade urbana, no ano passado vigorou a cláusula de salvaguarda que não permitia que a contribuição desses prédios que foram avaliados de novo subisse mais de vinte e cinco euros por mês. E portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

como acabou essa cláusula, era suposto que houvesse um aumento significativo da receita, mas os indicadores que temos é que isso não vai acontecer, antes pelo contrário, nós vamos perder receita. Vamos perder receita porque, como sabem baixamos a taxa no ano passado, ligeiramente, mas baixamos. E a única razão, para além dessa que encontro, é que muito provavelmente dispararam os pedidos de isenção. Portanto esta matéria de IMI não é assim tão linear, conforme vocês têm aqui alegado e que eu tenho contrariado. Nós de facto, quer no que respeita ao IMI, quer ainda no que respeita a outra grande fatia, com muita importância nos orçamentos municipais que são as participações nos impostos do Estado, estamos a falar do FEF, do FSM e do IRS, perdemos entre dois mil e dez e dois mil e catorze, cinco virgula trinta e sete milhões de euros ou seja com o IMI e estas receitas dos impostos do Estado estamos a falar de quase nove milhões de euros, que dava, quase, para anular tudo o que é dívida deste município. E portanto nós temos que ser muito rigorosos e responsáveis nestas matérias e portanto não podem ser medidas e decisões que possam ser tomadas de ânimo leve. Registo contudo, aqui, como positivo, o facto de reconhecerem alguém, aqui desta bancada, que afinal este município tem uma situação económico financeira confortável, isto nunca foi dito por ninguém, que eu me lembre, pela bancada da coligação. Registo essa sua lucidez, mas por outro lado, não posso deixar de lhe dizer que não valia a pena, perder mérito na sua proposta, quando diz que se resolve esta perda de receita com o corte nas festas. As festas é demagogia, os custos das festas é demagogia, eu estou disponível para explicar, se caso for necessário, quais são os custos de toda a programação cultural que se faz em Lousada, de grande diversidade, de grande qualidade e com preços perfeitamente simbólicos, face àquilo que já foi aqui anunciado pela coligação, pelo menos nos jornais e na própria reunião de Câmara, com custos que rondam cerca de metade dos valores que eu ouvi. Portanto é demagogia vir dizer que se corta nas festas e a receita é compensada por aí. Depois, não precisava de trazer o assunto, se trouxe o assunto para nós, enfim, porventura poderíamos estar distraídos, não estávamos, até porque já saiu no jornal a minha posição, já foi dito publicamente que estávamos a ponderar esta medida, acontece é que, ainda não temos dados suficientes para com responsabilidade tomar essa medida porque a Autoridade Tributária ainda não nos comunicou qual é o número de famílias abrangido ou potencialmente abrangido por esta medida, é previsível que isso venha a acontecer até quinze de setembro, mas também, a autoridade tributária dizia o Orçamento de Estado que tinha de comunicar aos municípios até trinta e um de julho o aumento de receita de IMI e até hoje não comunicou. Vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ver se vão efetivamente comunicar nesta matéria a informação necessária ou não, vamos ver, para depois podermos decidir em conformidade. Depois dizer-lhe também que essa cassete que se houve nos últimos tempos de que os grandes responsáveis pela dívida do país afinal foram só uns e foi o anterior governo. Já chega acho que é demagogia e acho que quem viu o debate, embora não me pareça importante para esta discussão, mas é justo dizê-lo, porque é objetivo, que Portugal neste momento tem uma dívida superior do que tinha há quatro anos. E é justo dizer também, que contrariamente a essa tendência, quem deu exemplo nesta matéria, no setor público, foram os municípios. Os municípios de facto tiveram uma redução brutal, deram um contributo fundamental, para que o valor da dívida pública não fosse ainda superior, tivesse o governo feito o que fizeram os municípios e seguramente nós estaríamos bem melhor. Depois dizer que na minha opinião, não é com medidas destas que se incentiva a natalidade. O Nelson tocou aqui num ponto que é fundamental, que é criar condições, criar oportunidades para os nossos jovens para que eles não emigrem. Portanto, dizia eu que não me parece que seja com reduções de quinze ou vinte por cento de IMI que um casal se sinta motivado a ter mais filhos, é preciso muito mais para isso, é preciso desde logo ter estabilidade no emprego, é preciso ter uma carga fiscal mais reduzida, é preciso repor o poder de compra, é preciso ter serviços públicos de qualidade, como a saúde, a educação e é preciso que os territórios onde as pessoas vivam tenham qualidade de vida. Dizer também que, naturalmente que tudo o que seja redução de carga fiscal estamos sempre disponíveis e temos dado o exemplo nesta matéria, carga fiscal para as famílias e carga fiscal para as empresas, e sem querer maçar-vos, não posso aqui deixar de dar o exemplo do não lançamento da derrama, na criação de incentivos fiscais para promover o investimento e o emprego, na redução gradual da taxa de IMI que temos feito ao longo dos anos e que se situa já muito perto do mínimo legal, na redução da participação do município no IRS, no facto de nós termos aqui em Lousada as ligações de água e de saneamento gratuitas, contrariamente ao que acontece em municípios aqui bem perto, onde se paga mais de mil euros para fazer essas ligações, na criação de tarifas sociais para água saneamento e RSU's para os mais desfavorecidos e na aplicação de taxas e preços acessíveis, entre outras medidas. Infelizmente por parte do governo tem acontecido precisamente o contrário, é pena conforme aqui já foi dito, que o governo não dê o exemplo e não reduza os impostos que constituem a sua receita. Assim é muito fácil, assim é dar prendas com o dinheiro dos outros. Assim qualquer um consegue gerir e agradar aos outros sem fazer qualquer esforço ou sacrifício. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

compromisso que eu assumi, como sabem, com a população foi, durante este mandato reduzir a taxa de IMI para o mínimo. Na altura nem sequer compaginava esta possibilidade de justiça, aliás duvidosa. Esta medida é de justiça duvidosa, porquê? Porque as famílias com poucos recursos já beneficiam de isenção. As famílias com muitos recursos e com prédios com valor patrimonial elevado poderão vir a beneficiar o que é injusto. Mas em boa verdade também temos que pensar na classe média que tem sido cada vez mais empobrecida e que também fica arredada de beneficiar de apoios sociais, para os mais carenciados. E portanto se calhar para esses fará sentido, mas fará sentido, na minha ótica, para famílias numerosas. Reduzir para famílias com um ou dois dependentes, então mais valia reduzir para todos. Há famílias muito mais numerosas que embora não tendo dependentes podem ter ascendentes ou podem ter de facto uma composição familiar ainda maior. Portanto, sinceramente estou a ponderar a medida mas custa-me, porque acho que não é inteiramente justo, se não for por este critério das famílias numerosas, aí percebo, se nós queremos de facto, se subjacente a esta medida está o incentivo à natalidade, então fará sentido sim, a partir de um “x” número, com um dependente então, sinceramente, mais valia ser para todos. É esse caminho que nós temos percorrido ao longo dos anos, com o abaixamento da taxa geral, em que aí todos beneficiam. Portanto é basicamente isso vamos aguardar pelos elementos e seguramente na próxima Assembleia havemos de falar outra vez já com mais dados sobre esta matéria.» -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção A, que foi aprovada por dezassete votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, João Carlos Pinto Correia, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, José Bernardino Pinto Nogueira, António Esteves, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Alcides Filipe Correia Ribeiro em representação de Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Dora Manuela Moreira da Rocha Santos em representação de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Ordem.-----

----- Com declaração de voto do membro Pedro Mendes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Eu votei a favor desta Moção, tal como referi na sua apresentação, por acreditar que os municípios têm uma palavra a dar nas medidas de apoio à natalidade e por acreditar que por muitas vezes, por mais pequeno que seja o contributo, o somar dos pequenos contributos é essencial. E após o Governo da República Portuguesa ter dado o primeiro passo, ao introduzir esta medida no orçamento geral do estado e ao dar o primeiro passo na introdução da majoração dos dependentes, na questão do IRS. Acredito que é a vez dos municípios acrescentarem o seu contributo, esta medida, para que as famílias mais numerosas e as demais famílias possam ter um incentivo e uma benesse de terem mais dependentes e de terem mais filhos para que o flagelo demográfico em Portugal reduza. Nós compreendemos que o contributo, muitas vezes, é pequeno face àquilo que seriam as necessidades do país, mas tem de ser de acordo com as realidades e com as possibilidades do país e de cada autarquia. E acreditamos, eu acredito que em Lousada é possível aplicar esta medida, que a autarquia tem capacidade para dar esse apoio à população. E foi por essa razão que votei a favor. E esta medida foi estruturada em diversos escalões, para que cada agregado possa ter o seu apoio e que isto chegue à maior parte da generalidade da população, porque o próprio incentivo é para que, toda a população tenha, digamos, um benefício e tenha um incentivo a pelo menos ter um filho. Os dois filhos a passar para o segundo e o segundo para o terceiro de forma progressiva e não haver simplesmente um bolo lá em cima, a meio das escadas. Por essa razão votei a favor e acredito que esta medida será uma grande ajuda aos lousadenses, se for aplicada totalmente ou apenas parcialmente, mas terá um grande benefício se for aplicada totalmente.” -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimas vereadoras e vereadores, excelentíssimos representantes desta Assembleia. Tenho sido questionado por várias pessoas, relativamente a dois assuntos. São duas questões muito concretas mas que se prendem com um assunto muito específico que é a educação e as perguntas são simples, prendem-se com o confronto de alguns encarregados de educação, dos filhos estarem em turmas mistas de vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

níveis de ensino, além disso, incluindo alunos de necessidades educativas especiais na mesma sala. E acrescentam ainda, como é que isto é possível havendo salas vazias na escola? É óbvio que a resposta que lhes dou é que a constituição das turmas não tem nada a ver com o município, como é óbvio, é uma decisão do agrupamento, da direção da escola, é uma decisão que obedece a normativos legais, que obedece a critérios pedagógicos. Óbvio que quando falo em critérios pedagógicos, me rebatem logo, porque estes caem por terra, quando esta realidade é apresentada. Mas embora isto não tenha nada diretamente a ver com o município, leva-nos por uma questão que já aqui, várias vezes, foi abordada, e que se prende com uma questão fundamental e que é o paradigma da gestão do município em termos de recursos. E a remodelação da rede escolar que já aqui foi trazida à colação, várias vezes, e questionando uma série de assuntos muito específicos e sempre relacionados com a construção ou não, remodelação ou não, dos diferentes centros escolares, tem a ver com o seguinte: nós sabemos que a Carta Educativa municipal que está a ser aplicada embora tenha sofrido algumas alterações ao longo do tempo, foi pensada e foi estruturada nos anos dois mil, dois mil e um, dois mil e dois e pouco mais, depois sofreu algumas remodelações, com dados muito concretos. E já aqui se falou de demografia, o Pedro disse que em dois mil e um a taxa de natalidade bruta era de catorze, ponto dois, sendo em dois mil e treze de sete, ponto um, há uma redução de cinquenta por cento, mas nós podíamos tirar um número mais redondo, é que em dois mil e um a taxa de população em Lousada, entre os dez e os quinze anos, era em dois mil e um de dez mil e cinquenta e um jovens ou crianças e em dois mil e onze, de oito mil e oitocentos e quinze, o que significa, uma redução em dez anos, de mil duzentos e trinta e seis jovens. Ora, nós estamos a aplicar em dois mil e quinze uma Carta Educativa pensada com números que não correspondem à realidade de hoje, o que faz com que, concretamente, neste momento, nós tenhamos escolas com salas fechadas, tenhamos escolas sobredimensionadas, abertas, com um número residual de alunos, porque a rede escolar não foi pensada, otimizando todos os recursos. E a verdade é que uma escola aberta com dez alunos e um refeitório a funcionar, custa pouco menos ou o mesmo que uma escola aberta com cinquenta alunos, porque o número de funcionários e a manutenção pouco superior será. E em boa verdade é altura de dizermos que é sinal deste município, e bem, para não dizermos que somos da equipa do “bota abaixo”, é sinal deste município, o aproveitamento dos fundos comunitários para remodelar o parque escolar do município, fundamentalmente do primeiro ciclo, que em dois mil e um e em dois mil e nove, começou aqui nesta Assembleia, não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

encontrava numa situação deficitária, encontrava-se numa situação miserável, algumas escolas encontravam-se numa situação miserável. Essas escolas foram remodeladas, mas foram remodeladas, muitas delas, em muitos lugares, sem se pensar concretamente numa reorganização efetiva da rede, que otimiza-se recursos e que otimiza-se do ponto de vista pedagógico, organização dos centros escolares, para que os nossos alunos pudessem todos usufruir de uma educação de qualidade, porque quando se fala em defender a escola pública, eu gosto mais de lhe chamar a escola estatal, mas quando se fala em defender a escola estatal, passa fundamentalmente por criar condições para que estas crianças e estes jovens tenham não só condições físicas mas fundamentalmente condições pedagógicas, porque a reorganização da rede depois acaba por ter essas consequências, condições pedagógicas para que tenham acesso a um ensino de qualidade, capaz, para responder às necessidades que se exigem neste momento. E é verdade que a Câmara remodelou as escolas, mas é verdade que criou uma responsabilidade em termos de implementação para o futuro, que na minha opinião, está sobredimensionada e vai criar um acréscimo de despesas, absolutamente desnecessário, para o município.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como é óbvio e antes de iniciar o discurso que escrevi, só queria dizer que não há sobredimensionamento nenhum nos centros escolares, porque quando nós implementarmos esta questão do IMI, a natalidade vai disparar. Portanto não vai haver sobredimensionamento nenhum. De todo modo, Aldous Huxley escreveu um dia que “os factos não deixam de existir só porque são ignorados.” Há diversos factos que não podem ser ignorados, porque mesmo que muitas pessoas o tentem fazer, eles não deixam de existir e de serem do conhecimento público. Volvido que está quase meio mandato desde que Pedro Machado e este executivo tomaram posse, Lousada continua a crescer, continua a marcar a diferença e a dar motivos de sobra, para que todos nós, para que todos os lousadenses sintam orgulho, verdadeiro orgulho, em pertencerem a esta terra de dinamismo, oportunidades e qualidade de vida. Assim, há diversos factos que não podem deixar ser ignorados, porque constituem-se como fatores extremamente positivos e não podem deixar de merecer a devida atenção da nossa parte, enquanto representantes eleitos de todos os lousadenses. Vejamos alguns exemplos: brevemente, toda a comunidade escolar do nosso concelho, terá à sua inteira disposição, sete novos centros escolares, que irão dar mais um contributo significativo, no sentido de melhorar o ensino público em Lousada, tantas vezes ignorado ou combatido pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

governo, ou pelos seus aficionados, em detrimento e privilégio dos interesses privados. Recordem-se, os mais desatentos, que esta foi uma conquista de todos nós, mas que teve a sua origem em alguns rostos aqui presentes e identificáveis que marcaram aquela que ainda é hoje uma marca de Lousada, a educação. Alunos, professores e pessoal não docente, podem assim encarar o novo ano letivo com mais confiança e totalmente empenhados na sua aprendizagem e no desenvolvimento de competências, tudo em prol da nossa terra, das nossas crianças e jovens, do nosso futuro coletivo. Coitados de alguns professores que não poderão dizer o mesmo por causa de algumas medidas deste governo. É lógico e consabido, que esta é uma aposta com custos para o município de Lousada. Mas aqui também se veem, aquilo que são as prioridades do executivo, as prioridades dos eleitos locais. É que não sendo uma medida eleitoralista, até porque está a ser realizada a meio do mandato, estas novas escolas, na sua maioria construídas em freguesias limítrofes do nosso concelho, são uma marca muito positiva para a nossa terra e um investimento prioritário para o nosso futuro e para o futuro dos nossos jovens. Por outro lado, o apoio aos mais necessitados, transformam Lousada num dos municípios da região que mais tem combatido as desigualdades, as assimetrias sociais e a falta de verdadeiras oportunidades. Num país que ao longo dos últimos anos tem passado por graves dificuldades sociais, os municípios de todo o país vêm-se na necessidade extrema de substituir sistematicamente as obrigações do Estado. Na área da ação social, o trabalho que tem vindo a ser realizado por este executivo tem sido feito como deve ser exercido, de forma simples, eficaz, transparente e comprovada, mas acima de tudo com muita prudência e numa atitude silenciosa. Porque caridade e solidariedade são conceitos muito diferentes, o município de Lousada opta e bem, pela solidariedade e não há necessidade de publicitação. Nas áreas do emprego e do investimento, Lousada dá sinais concretos da sua atratividade, baixos impostos municipais, o IMI em constante descida, que levará a uma alta descida da natalidade, que desceu até ao mínimo legal possível, a implementação dos Projetos de Interesse Municipal, têm dado sinais claros à economia local, não podendo ser ignorada a instalação de novas empresas no concelho e do dinamismo que vários eventos tem trazido a várias empresas do concelho. Mais, no Ano Municipal do Desporto, esta área tem demonstrado a sua importância extrema no nosso concelho. Cada vez mais jovens lousadenses praticam os mais variados desportos, desenvolvendo competências aos mais variados níveis e graças a dois fatores que são impossíveis de serem ignorados: como primeiro fator, o excelente tecido associativo que dispomos em todo o concelho e que deve ser enaltecido; o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

segundo fator, a franca evolução, regradada e sem qualquer descompensação económica, das infraestruturas à disposição dos jovens e de toda a população, sendo de ressaltar o sucesso, visível todos os dias e em especial ao fim-de-semana daquilo que é uma medida que sempre foi criticada pela coligação “Lousada Viva” que o Complexo Desportivo de Lousada. Poder-se-ia dizer que, neste momento, Lousada respira Desporto. Vemos o movimento desportivo nas ruas, em particular, nas ecopistas. A qualquer hora do dia, pessoas fazem caminhadas, treinam atletismo e têm condições para praticarem os mais diversos desportos que até agora só eram possíveis nas grandes cidades Portuguesas. Mais a mais o novo pavilhão com uma pista de atletismo e com os demais instrumentos que estão a ser criados para a mais diversas modalidades, Lousada poderá receber provas nacionais e internacionais de carácter olímpico, algo que desde há uns anos a esta parte era totalmente impossível e onde poderemos facultar aos nossos jovens condições para poderem ambicionar mais. E para nós aqui nesta Assembleia começamos a louvá-los, incrementar e votar favoravelmente tudo aquilo que seja relativamente às suas conquistas favorável ao nosso concelho. Por fim, todos nós deveremos fazer uma referência bastante elogiosa à qualidade daquilo que é oferta cultural em Lousada. É indubitável que Lousada deu um salto qualitativo que se calhar falta a muitos concelhos de Portugal. Ultimamente assistimos no nosso concelho a uma oferta cultural muito diversificada e para todos os gostos. Tudo isso traz retorno, traz mais turistas, mais visitantes, mais receita para os nossos comerciantes, para as nossas empresas e para a nossa restauração. Este é o dever de um município que se quer dizer evoluído. E note-se que, sobretudo a este nível, poucos concelhos a nível nacional se podem gabar, como Lousada, da oferta artística e cultural que de ano para ano, aqui é oferecida a toda a população. Aliás neste momento corre no auditório municipal de Lousada mais um desses espetáculos, tenho a certeza porque já soube que tem lotação esgotada, e imaginar que existem concelhos aqui tão perto de nós que nem sequer um auditório têm. De facto só com sessões de elevada qualidade podemos atrair pessoas de toda a parte que se deslocam a Lousada, propositadamente, para assistirem à nossa oferta cultural. Cumpre denotar que, na semana passada, uma reportagem televisiva no espetáculo dos Dead Combo entrevistou algumas pessoas que se deslocaram a Lousada vindas do Marco de Canaveses, Penafiel, Porto, Felgueiras e até de Macedo de Cavaleiros, propositadamente. O que dizer? Será que tudo isto é irrelevante para o nosso concelho? Este sim, é um sinal claro que esta é uma aposta que resulta. Os elogios de residentes e de não-residentes são uma constante e por isso mesmo, há que dar os parabéns a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

todo o executivo e a todos os eleitos por esta renovada aposta em todas as vertentes culturais que tem elevado o nome de Lousada. Meus senhores e minhas senhoras, esta vitória é nossa, é uma vitória dos lousadenses, das instituições do nosso concelho, das pessoas, do empenho, das políticas que têm vindo a ser implementadas e do rumo que este executivo continua a seguir de acordo com o programa eleitoral que foi sufragado. Os factos não mentem e mesmo ignorados por alguns e uns anos depois admitidos por outros, os sobreditos factos continuam a existir. Congratulamos este executivo, congratulamos Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «É apenas uma declaração ou uma afirmação muito rápida. Eu fiquei embevecido com as palavras do Dr. João Correia e com este auto elogio ao município, a meio do mandato, fazer auto elogio tão grande é sinal que alguma coisa não deve andar bem aqui no reino de sua majestade, mas de qualquer forma, esta necessidade de elencar uma série de medidas, com muita demagogia à mistura, já que se utilizou aqui a palavra demagogia várias vezes, estamos todos embevecidos com a sua intervenção.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Rita Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara e demais vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal e estimado público. A minha intervenção neste ponto da ordem de trabalhos pretende por um lado saudar uma iniciativa que registei com particular interesse e que a coligação “Lousada Viva” considera inovadora. Aliás a própria se diz e assim se viu apresentada aos lousadenses, por parte do senhor presidente de Câmara, numa carta que expôs à população, que tem que ver com a opção da iluminação cem por cento LED e por outro lado, lamentar e salientar a implementação deficitária deste processo que considero bastante evidente. Há três anos atrás de forma bastante inconsequente para as populações, o executivo camarário optou por apagar alternadamente as lâmpadas da rede de iluminação pública, alegando até o senhor presidente de Câmara numa reunião, que a iluminação dizia apenas respeito às vias públicas e não serviria de infraestrutura necessária às habitações, facto que se encontra evidenciado em ata, pela altura em que o executivo tomou essa opção. Com o aproximar das eleições autárquicas e para afastar as consequências eleitorais desse facto, o senhor presidente optou por acender as lâmpadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que se encontravam até ao momento apagadas. Prepara-se agora para substituir todas as luminárias do município pelo sistema LED. Apesar de inovador e suscetível a uma poupança económica considerável a longo prazo, este sistema proporciona e mantém as desigualdades de oportunidades de acesso à iluminação que o município padece já há muitos anos. O sistema era reacender lâmpadas que sempre existiram e continuará a não cobrir uma parte considerável de lugares habitacionais existentes no concelho, passando e continuado então a haver lousadenses de primeira e lousadenses de segunda. Deste modo, ter-se-ia tornado bastante pertinente que tivesse sido realizado um levantamento prévio destes locais, e mediante essa informação uma remodelação adequada da rede de iluminação pública, tendo em vista esta tecnologia inovadora, a iluminação LED. Por um investimento acrescido, não muito significativo, incluído neste bolo considerável de investimento, a extensão e o reaproveitamento da rede em determinados locais saíam viabilizados e conseguir-se-ia dar resposta a muitas destas carências. Tanto quanto sei, as populações que se veem perante esta ausência de infraestruturas nas proximidades das suas casas têm denunciado, incessantemente, estas situações, nas respetivas Juntas de Freguesia, que creio eu, esperam contar com o município na resolução destes casos que se consideram, a meu ver, de necessidade básica. Estou certa que qualquer presidente de Junta nesta sala poderá certamente falar na primeira pessoa e com todo o conhecimento de causa de algumas destas ocorrências. Assim sendo, o senhor presidente de Câmara para permitir o licenciamento de casas em determinados locais, deveria primeiramente assegurar-se que os cidadãos que nelas se instalam tem acesso às infraestruturas necessárias, entre elas, o fácil acesso à iluminação pública. Pelo que aqui exponho e pelo facto do orçamento do próximo ano estar com a sua resolução em vista, solicito ao senhor presidente da Câmara a introdução de uma verba, nesse mesmo documento, que possa dar resposta a estas mesmas necessidades que se manifestam cruciais para muitos cidadãos de Lousada. Espero também da mesma forma que o levantamento de informação que aqui sugerimos possa ser realizado, assim que possível, e que este problema possa ser resolvido, definitivamente, no primeiro semestre do próximo ano.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Minhas senhoras e meus senhores, queria em primeiro lugar dizer que o grupo municipal do partido socialista se congratula pelo facto do senhor Dr. Jorge Magalhães, presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, ter sido condecorado pelo senhor presidente da República, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a atribuição de uma comenda pelos serviços prestados como autarca ao longo de vinte e quatro anos. Em segundo lugar, mais que uma intervenção queria prestar uma informação. No próximo dia dez de outubro, vai ser apresentado um livro, intitulado “*Silêncio*”. É uma obra da iniciativa de José Carlos Carvalheiras, por ele editada, e ilustrada por Dan Monteanu. É uma obra que resulta, no essencial, da compilação de escritos da autoria de Mário Fonseca, uns publicados, outros não, e que o editor resolveu agrupar em três partes: Poesia, historietas de viagens e crónicas da vida de médico. Como membro da família de Mário Fonseca, gostaria de convidar o senhor presidente e restantes elementos da Mesa assim como todos os membros desta Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores para estarem presentes na sessão de apresentação deste livro. Teriam todos ou pelo menos alguns a oportunidade de conhecer mais profundamente a personalidade multifacetada de Mário Fonseca, e também de compreender melhor a razão do porquê, após a sua morte, muitos lousadenses, em nome individual ou em representação de instituições, lhe continuam a tributar homenagem e a distinguir e honrar a sua memória.» ---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Apenas uma coisa muito rápida. Falando aqui dos LEDs. Lousada optou por desligar alternadamente as lâmpadas porque o governo optou por passar o IVA de seis por cento, para vinte e três. Relativamente à escola pública, à escola estatal como o senhor deputado Filipe Barbosa disse, eu tenho uma opinião pessoal, que efetivamente a escola pública está a sofrer muitas consequências com a atitude do governo, atitude essa puramente ideológica. E eu acho que muitos de vocês também não se revêem nisso, porque, é inconcebível para mim, isto não tem nada a ver com a minha faceta política, ser militante do partido socialista, é mesmo uma questão pessoal, é inconcebível que se tire dinheiro da escola pública para dar a turmas privadas. É lógico que o paralelismo não é este, tira de um lado e mete noutro, mas é impensável, muitos de vocês estão na área, percebem mais disto que eu, são professores de escolas públicas, de escolas privadas, mas eu acho que isto é um caminho perigoso, que se começa a traçar, em que professores são despedidos do ensino público, a escola fica cada vez mais pobre e consecutivamente financia-se escolas privadas. Eu não tenho nada contra as escolas privadas, até acho que o financiamento que é dado àquelas que não existem oferta pública, é muito bem dado. Agora existir uma escola pública a meia dúzia de metros de uma escola privada e ainda assim dar dinheiro aos privados, convenhamos que isso traz muitos perigos para o nosso futuro.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Filipe Barbosa, meu caro colega, só gostaria de lhe dizer que o facto de as minhas palavras o deixarem embevecido, constituem-se como um deleite para mim. Pese embora, não possa deixar de desconsiderar o facto de não ter alegado contra factos aquilo que eu disse. Portanto negativo com negativo dá positivo, o que significa que basicamente a coligação assume, como verídico, que os factos não podem ser ignorados, aquilo que eu disse, de bom grado, aceito o seu comentário. Agradeço, aceito também esse silêncio da coligação que acaba por ser uma resposta afirmativa a todo um conjunto de factos e a todo um conjunto de vivências que enobrecem este concelho, vive, experimenta e que vocês sabem muito bem, todos os nossos concidadãos experimentam. E só gostaria de deixar um desafio, a si em particular, porque eu sou um acérrimo leitor dos seus escritos, e sei que escreve muito sobre educação. Eu gostaria de poder ver nesta Assembleia, e eu não sei se temos tempo antes das próximas eleições, mas seja qual for o governo que venha a ser eleito, gostaria de ver uma Moção apresentada pela coligação, escrita pelo meu ilustre colega, no sentido de debatermos a questão, daquilo que é a posição dos professores, que também sofrem neste concelho, com aquilo que são as medidas que são sucessivamente adotadas por governos, neste caso, por um governo PSD/CDS-PP. Gostava de ver a coligação a apresentar essa proposta. Penso que seria muito favorável à Assembleia Municipal de Lousada, com o contributo de todos nós, poder de facto endereçar uma Moção de peso, contra os governantes que neste momento estão no governo, a dar cabo daquilo que é a escola pública.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa queria também registar uma evolução muito positiva, porque contrariamente áquilo que já foi dito, muitas vezes pela coligação, o Dr. Filipe Barbosa assumiu que o município não tem responsabilidade na existência das turmas mistas. Isso é verdade, porque as escolas com muitos alunos, com muitas salas também têm turmas mistas, tem que ver com a composição das turmas, que tem que obedecer a determinado numero, que é imposto. E se calhar não deveria haver tanta rigidez no número de alunos mas sabemos que isso são razões do ponto de vista de racionalidade económica que determina que assim seja, infelizmente, porque de facto não deve ser nada fácil para o professor, a desempenhar devidamente o seu papel e seguramente também não será tão fácil para os alunos, a ter o aproveitamento escolar desejável. E se essa dificuldade existe quando há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dois ciclos, eu imagino o que será quando acontece ter numa turma mais do que dois anos diferentes. Registo como positivo essa observação que fez. Depois dizer que a sua intervenção, na minha opinião, foi um pouco titubeante porque poderia ser mais objetiva. Eu sei o que é que queria dizer, de algum modo houve, pelo menos foi isso que eu percebi, posso estar enganado, houve um errado planeamento deste município, no que respeita aos investimentos previstos na Carta Educativa. Nesta matéria queria dizer-lhe que a Carta Educativa, como todos sabemos, é um instrumento de planeamento, que foi feito em determinado tempo, entretanto foi revista e atualizada. E os instrumentos de planeamento são feitos sempre com base em algumas premissas. E uma premissa importante deste instrumento de planeamento são as projeções demográficas. Efetivamente há uns anos atrás quando a Carta Educativa arrancou o panorama era outro, uma reta ascendente, depois houve um abrandamento, a Carta Educativa também se foi ajustando a isso. E lembrar que esses investimentos que agora foram concluídos, estes sete centros escolares que aqui agora foram referenciados, são investimentos que já estavam previstos na Carta Educativa há muito tempo, inclusivamente do ponto de vista processual, os próprios concursos já tinham sido lançados para aí há três anos, sabe que houve uma suspensão dos fundos comunitários, que parou todo este processo por dois anos, entretanto veio a crise e com isso naturalmente também houve o reflexo na natalidade. Nós não podemos ser presos por ter cão e por não ter, podia ter acontecido precisamente o contrário, nós neste momento, em teoria, poderíamos ter uma taxa de natalidade que fosse o dobro daquilo que era quando a Carta Educativa foi elaborada e podíamos não ter salas suficientes para tantos meninos e no limite podíamos ter que ter contentores em escolas novas e eramos ridicularizados. Portanto são projeções e é normal isto acontecer. Agora o desafio e aí é que eu digo que vocês são nesta matéria muito titubeante, o desafio que eu já fiz mais que uma vez, era que dissessem: quais as escolas que estão sobredimensionadas? Ou melhor, isso acho que deviam ter essa frontalidade de assumir, quais as escolas que vocês acham que não deviam ter sido construídas? E aí há uma linha que nos separa completamente, porque nós sempre entendemos que uma escola é um equipamento fundamental em cada freguesia. É evidente que às vezes não é possível, infelizmente, foi o que aconteceu em Santa Margarida que não havia meninos suficientes para manter aquela escola a funcionar. Mas por parte da Câmara Municipal, se houvesse condições, nós nunca fecharíamos. Não critico outras opções que foram tomadas por outros municípios, aqui até da região, decidiram concentrar os alunos em mega centros escolares, em que duas, três, quatro freguesias deixaram de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

escola, e os meninos passaram a ter que frequentar uma escola de uma freguesia vizinha, são opções, eu não me revejo nessa opção, E acho que este Município tomou a medida certa de preservar essa identidade das freguesias, mantendo em cada uma delas a escola aberta. E portanto os investimentos que nós conseguimos validar por parte da DGEST, porque a DGEST também validou todos estes investimentos em função também daquilo que era o registo e o histórico da natalidade e do numero de alunos, fizemo-lo, e ainda bem que o fizemos. Eu tenho tido a oportunidade de trocar impressões com professores, com pais de alunos que frequentam esses mega centros escolares, e lanço-vos essa desafio de também o fazerem, e o registo não é nada positivo, porque essas grandes escolas trazem outro tipo de problemas. Nós estamos a falar do primeiro ciclo, em que os meninos precisam de algum sossego, eu acho que a escola ideal é aquela que nós temos, é evidente que para eu estar inteiramente satisfeito era ter as salas todas cheias, como é óbvio, mas isso depende daquilo que já aqui foi falado, do problema demográfico. Ainda bem que este município teve esta visão, porque parece-me que do ponto de vista pedagógico é muito mais acertado, imagine o que é os meninos de tão tenra idade terem que andar quilómetros e quilómetros para irem á escola e regressar. Enfim acho que, para além dos custos que isso determina. Depois dizer aqui ao João Correia, dar só aqui uma pequena nota, falou aqui na oferta cultural. Eu fui jantar aqui a um restaurante da vila e encontrei-me lá com os membros da “Tertúlia dos 40” que estão aqui no auditório e o Ricardo Pateiro teve a oportunidade de agradecer o facto de terem sido convidados para vir cá hoje fazer este espetáculo no auditório, e contou-me algo que eu achei interessante, foi o facto de ter recebido ontem uma chamada de uma senhora de Lisboa, que já tinha comprado o bilhete através da ticketline, já tinha inclusivamente reservado aqui dormida em Lousada, vai passar cá o fim-de-semana, mas que uma amiga também queria acompanhá-la e já não havia disponibilidade na ticketline e então ligou para ele para ver se conseguia, e ele ligou para cá e estava completamente cheio, não foi possível. Portanto ele estava a registar com agrado o facto de este espetáculo já estar há muito tempo esgotado, e o que me agrada nesta história, é de facto nós sentirmos que cada vez mais pessoas, de muito longe, por vezes, vem cá a Lousada, também pela oferta cultural e acabam por pernoitar e por fazer as suas refeições aqui. No fundo através da oferta cultural nós conseguimos criar dinâmica aqui no concelho e na sua economia. Depois relativamente à intervenção da Rita Neto, “implementação deficitária da medida”. Segundo percebi, nós previamente, devíamos ainda estar a estudar o problema, para o resolver de uma vez por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

todas, e para que, enfim, tivesse aqui no concelho lâmpadas em tudo que é estrada. A prioridade, para nós foi, o quanto antes, gerar poupança. Nós não podemos estar aqui sempre a defender a redução da carga fiscal, mais incentivos para isto, mais incentivos para aquilo, mais investimento para isto, mais investimento para aquilo, e de onde vêm os recursos? Estando nós cada vez mais asfixiados por parte das transferências e das grandes receitas, que são o IMI e as transferências de Estado para os municípios, nós temos cada vez mais de poupar e poupar nas grandes despesas. E de facto, a iluminação pública tem um encargo em todos os municípios que é astronómico, aqui em Lousada ronda um milhão de euros por ano. E portanto eu, enfim, ainda pensei que valeria a pena esperar pelo novo quadro comunitário para aceder aos fundos comunitários para este efeito, mas rapidamente cheguei à conclusão de que não valia a pena, e de que estava a perder dinheiro todos os meses. Conseguimos, como sabe, uma candidatura mas para apenas três mil armaduras, que inclusivamente já estão a ser colocadas, já estamos na freguesia de Lustosa, depois de já estar, julgo eu, a Freguesia toda de Santo Estêvão com esta tecnologia. Nesta primeira fase, a decisão que tomei foi de começarmos das freguesias mais distantes daqui da sede do concelho, por uma questão também de coesão territorial. E dizia eu, numa primeira abordagem tinha a ideia de fazer uma segunda candidatura a este quadro comunitário, mas como sabem, as coisas não estão muito, na minha perspetiva, não estão a ser devidamente agarradas, tem havido imensos atrasos, muitas indefinições, no que respeita à eficiência energética inclusivamente vai ser obrigatório depois devolver uma parte significativa da poupança, cerca de sessenta por cento. E portanto não valia a pena esperar, sabem o que é que aconteceu, aprovamos aqui um empréstimo e o empréstimo rapidamente vai ser pago através da poupança. Portanto essa foi a prioridade. Sei que não vai ficar um sistema ainda perfeito, porque há situações pontuais, que inclusivamente temos vindo a resolver, em colaboração com as Juntas de Freguesia, onde há aglomerados, seguramente que eles serão resolvidos. Só que isso não foi resolvido antes porque implica investimento. Nós, quando temos já os locais dotados com rede de iluminação pública, colocamos as luminárias, o sobrecusto é apenas o consumo da eletricidade, mas onde não existe, há o investimento da rede que tem de ser suportada pelo município, e esse é que tem sido o grande entrave para que essas pequenas situações não estejam resolvidas. Mas isso há de se resolver e vai-se resolver seguramente. Agora há outras situações que provavelmente nunca vão ser resolvidas, porque há pretensões de iluminar ligações que não têm uma única casa. E portanto isso aí, é evidente que nós podemos arranjar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

argumentos e eles até podem ter alguma validade, por lá passam pessoas, mas nós temos que pensar que somos um país e um município com pouco recurso e temos que maximizar esses recursos e não nos podemos dar ao luxo de ter ruas iluminadas, que não têm sequer habitação, durante toda a noite, esse dinheiro sai dos nossos bolsos, dos bolsos de todos nós. Porventura há algumas pretensões, eu sei de que é que estou a falar, porque conheço algumas, provavelmente nunca virão a ser resolvidas. Portanto a prioridade é a segurança do trânsito, do trânsito pedonal e seguramente também das habitações. O que eu disse quando nós desligamos as lâmpadas, não foi isso, o que eu disse é que havia algumas situações de exagero, lâmpadas que estavam orientadas para jardins, tinha pessoas que me diziam que não precisavam de cortar relva de dia porque dava para cortar de noite, com lâmpadas de cento e cinquenta watts. Foi isso que eu disse na altura, lembro-me muito bem do que é que disse. Agora é evidente que a iluminação pública para além de garantir uma melhor segurança rodoviária e pedonal, cria também uma aparente, maior segurança, aos proprietários das habitações porque estando elas iluminadas, aparentemente, estarão mais seguras. E portanto rejeito essa crítica que disse, lousadenses de primeira e lousadenses de segunda, não me revejo nela e estou de consciência perfeitamente tranquila. E justamente, para que os lousadenses sejam todos de primeira, é que estamos a levar a cabo este investimento para, por um lado, resolver aquele problema que foi termos que desligar algumas lâmpadas e naquelas situações em que as lâmpadas desligadas coincidiram com habitações, criou algum desconforto para as pessoas e também para nós, mas foi uma medida que foi obrigatória tomar, conforme aqui já foi dito, por força do facto de termos sido surpreendidos com um aumento brutal, desde logo das tarifas da eletricidade e por outro lado do IVA, que passou de seis por cento para vinte e três. Previamente não devíamos ter feito estudo nenhum, por que isso é muito fácil de estudar saber quanto custa o investimento necessário. Foi determinante, foi aquilo que se fez, foi avançar para o terreno o quanto antes, para rapidamente, termos a iluminação cem por cento LED. E queria desde já adiantar-vos que o concurso está muito adiantado e que vou fazer tudo por tudo para antecipar aquele prazo que anunciei do final do primeiro semestre do próximo ano. Depois disse aqui, uma incorreção, porque eu ao licenciar os edifícios não tenho que assegurar que eles tenham iluminação pública. O que a lei prevê é que a Câmara pode indeferir os pedidos de licenciamentos, quando o local não está servido pelas infraestruturas públicas necessárias. Mas normalmente, o que acontece nesses casos, é que o particular insiste para que lhe seja aprovado, que a iluminação pública



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nem é importante, nem costuma ser motivo de indeferimento, mas logo que está aprovado quer a iluminação porque quer ser um lousadense como os outros. É uma situação que não é muito fácil de resolver mas por regra não se exige, a não ser que seja um grande empreendimento, e aí justifica-se exigir que o promotor assuma esse investimento, se for uma habitação unifamiliar não faz grande sentido. Depois para terminar relativamente à intervenção do senhor João Ferro. Pois eu queria também congratular-me com a distinção que foi dada ao nosso presidente da Assembleia Municipal, para mim, enquanto sucessor também das funções que ele desempenhou é uma honra acrescida e é no fundo o reconhecer de um trabalho de muitos anos, de grande admiração, de grande paixão. É no fundo o reconhecer do trabalho que conseguiu transformar por completo este município. Sendo uma distinção atribuída pelo Presidente da República, acho que todos os lousadenses se devem sentir honrados. E depois agradecer o convite para o livro, seguramente que estarei presente.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Isto já parece um daqueles jogos amigáveis em que trocamos galhardetes. Também agradeço as palavras do deputado João Correia e assumindo o repto, eu acho que, por aquilo que o senhor presidente disse, era importante estabelecermos aqui um equilíbrio entre o desejo do pequeno e o fascínio do grande, porque o pequeno é interessante mas se for demasiado pequeno também é prejudicial do ponto de vista pedagógico, como o demasiado grande também é desequilibrado do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista de gestão. E por isso sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, eu lanço um desafio, eu sou à partida contra a municipalização da educação, mas lanço o desafio já que estive aqui uma das equipas responsáveis, estive aqui em Lousada por muitos dos projetos de municipalização de vários municípios do país, que se fizesse um debate sério, mais prolongado, com um estudo que envolvesse diferentes pessoas, não sobre a municipalização da educação mas sobre um projeto educativo municipal, que é uma coisa diferente e uma coordenação de todos os recursos do município, não só os estatais mas também os privados. Eu gosto de chamar estatal e não publico porque verdadeiramente os de gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

privada também são públicos, a partir do momento em que estão abertos a toda a comunidade, uns financiados totalmente pelo Estado e daí não decorre qualquer encargo para as famílias porque são financiados na totalidade, outros sem qualquer apoio do Estado e é uma opção das famílias, aqui no concelho não sei se haverá algumas, mas há várias escolas privadas do país que não recebem um único apoio do Estado, ou quanto muito terão o contrato simples, têm um apoio ridículo para aquilo que é o custo que a família tem com a educação e aquilo que o Estado acaba por financiar, que é um apoio à família mediante os recursos da própria família. Por isso era importante que se fizesse esta articulação, entre aquilo que será demasiado pequeno e que do ponto de vista pedagógico está a prejudicar as nossas crianças eu não digo que seja esse o desejo do município, a verdade é que já se falou aqui de lousadenses de primeira e de segunda e havendo escolas demasiado pequenas, há crianças em escolas de primeira e crianças em escolas de segunda. Porque uma escola demasiado pequena não está dimensionada para ter uma biblioteca de qualidade, não está dimensionada para ter apoio de atividades extra curricular, a não ser que saiam de lá, se for demasiado pequena. E se a escola tiver a dimensão, há vários estudos que apontam para isso, se a escola tiver a dimensão adequada tudo isso pode ser proporcionado com uma otimização de recursos e com ganhos efetivos para o concelho. A Moção que o deputado João Correia falou era sobre a questão dos professores, e eu só vou falar disto porque disse aquilo que governo CDS e PSD, fizeram aos professores. As verdadeiras mudanças na gestão das escolas e que introduziram muita instabilidade dentro da escola foram promovidas por governos PS. Foi a transição do modelo de gestão para o cento e quinze A, noventa e oito, que era Primeiro-Ministro o engenheiro António Guterres e Ministro da Educação Marcelo Grilo e curiosamente dez anos depois com um governo também PS é publicado um outro documentos de gestão que é o setenta e cinco de dois mil e oito, se ler o preâmbulo, é curioso que o preâmbulo começa com uma acusação tremenda ao funcionamento que estava para trás de um documento que foi publicado por um governo socialista também, e introduziu imensas mudanças, imensas transformações na educação e inclusive foi esse documento que abriu as portas para aquilo que foram a seguir os mega agrupamentos. É óbvio que depois quem veio a seguir, também não vou negar, aproveitou o embalo e foi por ali adiante, conseguiu prejudicar muito, eu reconheço as coisas tal e qual elas são. Agora era importante que se refletisse sobre isto era importante que se olhasse para a escola numa questão de otimização de recursos até do ponto de vista concelhio. Eu posso dar aqui um exemplo concreto de como muitas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vezes nós apoiamos o privado ou o concordatário ou o corporativo, como nós quisermos, com uma mão e vamos a seguir prejudicá-los. Há casos no concelho, Lustosa é um caso, em que o município apoiou em determinado momento a construção de um centro escolar com recursos financeiros e também com outros apoios, para poucos anos depois do outro lado da rua fazer concorrência a esse mesmo empreendimento que fez. Quando a freguesia já estava servida de pré-escolar, tinha sido um edifício apoiado pela Câmara Municipal, construiu um outro edifício, do outro lado da rua, mais acima uns metros que fazia concorrência direta àquele, para poucos anos depois fechar aquele, e está entregue a uma associação neste momento que sub-utiliza aquilo, mas essa é outra questão. E abriu literalmente do outro lado da estrada, a cem metros, um edifício que concorre diretamente com uma solução que já estava servida a população. Por isso é que eu digo muitas vezes que o privado é público, nesse sentido, se há um momento em que há um assunto que está resolvido, a população está servida, qual é a vantagem do outro lado da estrada existir a mesma oferta só que é oferecida pelo Estado? Se o Estado financiar na totalidade aquilo que já está aberto e que não tem objetivos lucrativos, não há necessidade nenhuma de fazer um investimento duplicado do outro lado da rua. E isto acontece à saciedade pelo país fora, os exemplos são imensos, e do contrário também. Mas a verdadeira concorrência que existe entre as escolas, neste momento, é entre escolas estatais, e no concelho também existe, porque se vocês virem, a escola que todos, a maior parte, não vou dizer todos, que muitas famílias do concelho de Lousada que se preocupam verdadeiramente com a educação dos filhos, qual é a escola onde eles querem matricular no secundário? Pelas instalações que foram remodeladas, pela qualidade de ensino ou não mas pelos resultados que depois acabam por ter nos exames que determinam a entrada na faculdade. Qual é a escola que os lousadenses escolhem?» -----

----- Intervenção do Sr^a Rita Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só queria dar uma nota relativamente a uma crítica que aqui foi feita à intervenção anterior. Quando nós referimos que se desligou as lâmpadas alternadamente, isso foi alegar no sentido que esperávamos que fosse realizada de forma mais pensada, digamos assim, as zonas que necessitariam ou não de luz, não que fosse realizado de forma cega, uma lâmpada alternada em todos os sítios. Depois relativamente às zonas que referiu e que disse que era necessário um investimento considerável. Existem e tive conhecimento por alguns presidentes de Junta, que existem zonas com ramais, com postes em que só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

falta lâmpada e até outras zonas em que uma luminária seria necessária sem que fosse necessário a construção de um ramal ou de um investimento desse calibre.» -----

----- Intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Antes de passar ao senhor presidente eu ia, passou-me, e peço desculpa por isso. Eu queria agradecer a forma gentil, as palavras que me foram dirigidas quer pelo João Ferro quer pelo senhor presidente da Câmara.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu entretanto vou passar a palavra ao senhor vereador da educação mas antes disso queria dar duas notas. A primeira é que, a eventual discussão que o Dr. Filipe Barbosa propõe, não tem que ver com os investimentos que foram feitos ao abrigo da Carta Educativa, porque eu julgo que inclusivamente os edifícios que referiu, até são anteriores à Carta Educativa. Portanto as escolas pequenas que existem e com poucos alunos não foram objeto de investimento ao abrigo da Carta Educativa. É sempre uma discussão que pode ser suscitada mas eu continuo a dizer, a não ser que me provem que há prejuízos sérios para os meninos e para o seu aproveitamento escolar, defendo que essas escolas não sejam encerradas. Passava a palavra ao senhor vereador.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador da Educação: «Três notas muito rápidas em relação a três aspetos que referiu. Falou várias vezes que as escolas demasiado pequenas podem prejudicar as crianças, sem concretizar qual é esse tamanho, do demasiado pequeno. Dessa forma é um pouco difícil argumentar. Eu queria apenas dizer-lhe que no concelho nós temos algumas escolas que efetivamente podem ser pequenas têm duas, três, quatro turmas e precisamente são algumas dessas escolas que têm os melhores resultados nos exames, por exemplo do quarto ano, estou-me a lembrar por exemplo de Pias, de Monte Sines em Covas. Há aqui um conjunto de escolas que são pequenas e que efetivamente têm ótimos resultados, podemos encontrar também outras escolas em que tal não acontece, mas provavelmente não é o tamanho, o número de turmas que será o fator mais importante nos resultados. Queria também dizer-lhe que as escolas do concelho são geralmente pequenas comparadas com outros concelhos aqui à volta e queria-lhe dizer que no concelho onde temos melhores resultados em termos de todo o sistema de ensino básico e secundário é precisamente no primeiro ciclo, fruto obviamente de um trabalho bastante empenhado dos senhores professores do primeiro ciclo. A partir do primeiro ciclo os resultados vão diminuindo. Também duas notas importantes que têm a ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com o facto de nos dizer que é contra a municipalização, eu julgo que também será uma posição da bancada e que será obviamente diferente daquilo que tem sido a posição do governo, obviamente que registo isso como de muito positivo. Nós também consideramos que o atual quadro legislativo é completamente suficiente para nós continuarmos a trabalhar na relação que temos com as escolas. Temos uma relação muito próxima com as escolas, temos um plano de atividades muito vasto que desenvolvemos com as escolas e consideramos que o atual enquadramento legislativo é completamente satisfatório e suficiente para continuar a aprofundar essa relação. Nós não queremos mandar nas escolas, queremos respeitar a autonomia das escolas e a autonomia profissional dos seus professores e educadores. Em relação ao projeto educativo municipal que há uns meses atrás mudou de nome e que agora se chama plano estratégico educativo municipal, nós tivemos há dois dias atrás, umas jornadas, que foram na terça e na quarta-feira e uma das tardes dessas jornadas, das segundas jornadas da educação, versou precisamente, e teve uma série de intervenções de alguns académicos que estudam estes assuntos, e versou precisamente este tema do projeto educativo municipal ou então do plano estratégico educativo municipal, e nós estamos a iniciar os trabalhos para desenvolver este plano estratégico educativo municipal.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Queria também acrescentar que já não é do meu tempo a construção do edifício do pré-primário em Lustosa mas seguramente que ele não foi feito para fazer concorrência ao estabelecimento da IPSS. Ele foi feito seguramente porque a IPSS não teria capacidade de resposta, por fruto de contingências várias que eu não sei, mas seguramente não faria sentido, se uma IPSS tinha condições para dar resposta, a Câmara fazer concorrência. Agora, estamos a falar de dinâmicas demográficas, completamente diferentes. Antigamente como sabem, nós se temos a população jovem que temos deveu-se a essa grande dinâmica da natalidade nesse período temporal em que nós fizemos grandes investimentos na rede do pré-escolar. Depois relativamente ainda à municipalização, eu sempre afirmei que era muito cético quanto a isto, por razões várias, e uma delas tem que ver com esta preocupação também com as contas públicas, porque também já o disse aqui, metemos uma ação em tribunal para evitar aquilo que outros municípios fizeram, que foi denunciar o contrato de execução que fizeram com o ministério da educação. Porque o que está assinado com o ministério da educação, não está a ser cumprido com o município de Lousada. Portanto para evitarmos uma medida mais drástica que era devolver à fonte, à entidade patronal, ao ministério da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

educação os assistentes operacionais e os próprios edifícios escolares que recebemos, entendemos, previamente, uma vez que o contrato é claro, na nossa opinião, devíamos previamente através dos tribunais obrigar o Estado a pagar-nos aquilo que se comprometeu pagar. Por força desse historial e volto a dizer, infelizmente o Estado não tem sido uma pessoa de bem para com os municípios, e eu entendia que não havia a mínimas condições para ir mais além, sempre tive dúvidas que efetivamente os municípios fossem muito mais além no exercício de competências delegadas pelo ministério da educação, e há dias, não sei se viram nos jornais, que os quinze municípios pioneiros nesta questão da municipalização acabaram por fazer aquilo que já vinham fazendo nos últimos anos, entregaram aos agrupamentos todas as outras competências que não vinham a desenvolver até então. No fundo esta dita municipalização da educação não passa de uma falácia, pelo menos por enquanto e não acredito que tenha condições para na verdade ser efetiva. Concorro com uma maior proximidade mas se calhar é através da gestão das escolas dos agrupamentos não propriamente dos municípios. Depois relativamente à intervenção da Rita Neto. Nós não apagamos lâmpadas de forma cega na altura, nós vimo-nos obrigados a tomar uma medida drástica dura e tentamos ser racionais e objetivos. Tinha que haver um critério, o critério que foi aplicado foi, lâmpada sim lâmpada não, mas com algumas exceções, umas das exceções foi, onde a rede já tinha pouca potência, lâmpadas de sessenta watts não se aplicou mas são poucas no concelho as situações em que isso acontece. Depois onde, por questões de segurança, nomeadamente em curvas, não se desligou. Mas tinha de haver um critério e o critério foi esse. Qual era a solução ideal? Era não te subido o IVA e os custos da eletricidade e não tínhamos desligado as lâmpadas. Depois disse-me que teve nota de que alguns presidentes de Junta lhe disseram que falta apenas uma lâmpada. Eu resolvo esses problemas todos, se é só colocar uma lâmpada e se tem habitações, não há problema nenhum. Os senhores presidentes de Junta que falem comigo. Temos resolvido muitos casos nos últimos tempos e seguramente todos estes que não impliquem investimento e que tenham habitações para serem servidos, não tem problema nenhum.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Quarta revisão ao orçamento da despesa e segunda revisão ao orçamento da receita -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada a aprovação da quarta revisão ao orçamento da despesa e segunda revisão ao orçamento da receita, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- TERCEIRO PONTO: Reconhecimento de Interesse Público na regularização das instalações fabris da Karmomax - Engenharia e Construção em Madeira, Lda. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, o reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações fabris da empresa Karmomax – Engenharia e Construção em Madeira, Lda, localizada na Rua das Eiras, nº 70, na Freguesia de Nespereira, na medida que a empresa tem parte das suas instalações localizadas em área que infringe o Plano Diretor Municipal em vigor, para cumprimento da alínea a) do nº 4 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 165/2014 de 05 de novembro”-----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos -----

----- QUARTO PONTO: Alteração ao Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

-----A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- QUINTO PONTO: Alteração ao Regulamento de Projetos de Interesse Municipal – PIM -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada a aprovação da alteração ao Regulamento de Projetos de Interesse Municipal - PIM, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- José Manuel Teixeira Gonçalves; -----

----- António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Eram vinte e três horas e trinta minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA